



JOURNAL OF  
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

### Clarissa Franzoi Dri

Universidade Federal de Santa Catarina,  
Departamento de Economia e Relações  
Internacionais, Florianópolis – SC, Brazil  
(clarissa.dri@ufsc.br).

### Graciela de Conti Pagliari

Universidade Federal de Santa Catarina,  
Departamento de Economia e Relações  
Internacionais, Florianópolis – SC, Brazil  
(graciela.pagliari@gmail.com).

### Iara Costa Leite

Universidade Federal de Santa Catarina,  
Departamento de Economia e Relações  
Internacionais, Florianópolis – SC, Brazil  
(iaracleite@hotmail.com).

### Patricia Ferreira Fonseca Arienti

Universidade Federal de Santa Catarina,  
Departamento de Economia e Relações  
Internacionais, Florianópolis – SC, Brazil  
(pffarienti@gmail.com).

#### Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



# Experiências alternativas de ensino em Relações Internacionais: experiências de simulações e contato com atores sociais locais desenvolvidas com graduandos da Universidade Federal de Santa Catarina

## Alternative teaching experiences: simulations and contact with local social actors developed with Federal University of Santa Catarina's students

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e18013>

Meridiano 47, 18: e18013, 2017

### Resumo

Este artigo discute experiências voltadas para a criação de ambientes inovadores de ensino e aprendizagem no curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. As duas primeiras experiências referem-se à construção de papéis por parte dos estudantes em processos simulados em sala de aula de tomada de decisão internacional, enquanto as duas últimas extrapolam o âmbito laboratorial ao promover a interação com atores sociais da região na qual a UFSC está inserida.

### Abstract

This paper discusses innovative experiences of teaching and learning in the undergraduate course of International Relations at Federal University of Santa Catarina. The two first experiences are related to the construction, by students, of political roles in simulation practices of international decision-making, while the two last exercises go beyond laboratory practices by promoting interactions with social actors surrounding UFSC.

**Palavras Chaves:** Estudo de campo; Extensão universitária; Metodologia de ensino; Relações Internacionais; Simulação em Relações Internacionais.

**Keywords:** Field study; International Relations; Simulation in International Relations; Social projects; Teaching methodology.

Recebido em 30 de Março de 2017

Aprovado em 21 de Maio de 2017

### Introdução

O alto grau de complexidade e interconexão do século XXI traz consigo demandas por novas habilidades profissionais, centradas na criatividade, no pensamento crítico, na solução de problemas, na colaboração e na comunicação. Nesse contexto,

impõe-se a necessidade de renovação constante não apenas do conhecimento dos professores, mas também dos ambientes de ensino e de aprendizagem (Guerriero 2017). Tal imperativo, presente igualmente no ambiente universitário (Hénard e Roseveare, 2012), relaciona-se, de forma mais ampla, com transformações identificadas já no fim do século XX no processo de produção de conhecimento, seja no âmbito das ciências físicas, seja no âmbito das ciências sociais, em direção ao que foi classificado por Gibbons et al (1994) como “Modo 2”. Esse modo, diferentemente do modo tradicional, disciplinar e desenvolvido a partir de uma identificação predominantemente acadêmica de problemas, opera por meio da aplicabilidade e da definição transdisciplinar de questões a partir de contextos específicos e localizados, em colaboração constante com outros atores para além das universidades.

Se, por um lado, os cursos de Relações Internacionais no Brasil apresentam a vantagem de acionar uma das habilidades-chave para lidar com ambientes complexos – a interdisciplinaridade –, enfrentam, por outro lado, o desafio da distância do seu objeto de estudo (ou da percepção desse distanciamento), alimentada pela incorporação de perspectivas tradicionais que encaram os temas das Relações Internacionais como restritos à alta política. Entretanto, cada vez mais as relações internacionais vêm ganhando capilaridade na sociedade brasileira, com a internacionalização crescente de diversos atores subnacionais, empresas, ONGs, universidades etc., e o aprofundamento de processos que trazem a questão internacional para o cotidiano imediato da sociedade brasileira, como os movimentos migratórios. Esse contexto representa uma oportunidade ímpar para a renovação dos ambientes de ensino de Relações Internacionais no Brasil, incluindo componentes práticos e de extensão, o que vai ao encontro da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão prevista na Constituição Federal.

Nesse novo contexto, marcado ainda e pela emergência de novas tendências no ensino da Política e das Relações Internacionais (ver, por exemplo, Ryan et al, 2014), proliferaram, nos últimos anos, espaços *ad hoc* (ver, por exemplo, Kille, Krain e Lantis, 2008) e permanentes voltados para a difusão e o intercâmbio de conhecimentos no Brasil acerca de práticas inovadoras de ensino. Em particular, sublinha-se a criação, a partir do 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), realizado em 2015, de uma área temática específica voltada para a discussão de métodos de ensino e pesquisa. Na ocasião foram debatidos diversos temas, entre eles o papel das simulações no desenvolvimento de competências-chave para o profissional de Relações Internacionais (Rocha e Palacios Jr, 2015) e experiências de conexão de pesquisa e ensino com problemas e processos de relações internacionais no entorno das universidades (Lima, 2015; Moreira Jr., 2015; Ramanzini, Ferreira e Guimarães, 2015). Além disso, destaca-se a organização de publicações dedicadas ao registro e reflexão sobre experiências inovadoras de ensino, incluindo ou não componentes de extensão, como exemplificam o livro *Globalização e Relações Internacionais: casos de ensino* (Milani e Tude, 2015) e o Dossiê Especial da Meridiano 47 ao qual este artigo foi submetido.

O objetivo deste artigo é avançar no registro e na difusão de algumas experiências voltadas para a criação de ambientes inovadores de ensino e aprendizagem em Relações Internacionais. Seu foco é em experiências da Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), somando-se a esforços anteriores, como aqueles realizados por Arienti e Pagliari (2016),

sobre o papel da Simulação para o Ensino Médio (SiEM/UFSC) no ensino de Relações Internacionais, e por Ventura e Dri (2014), sobre o papel do teatro na formação em Relações Internacionais.

As experiências, todas relacionadas metodologias inovadoras por terem como objetivo conscientizar e preparar os alunos para a busca de solução de problemas reais, foram relatadas da seguinte forma: em primeiro lugar, são abordadas duas experiências realizadas em sala de aula em formato laboratorial: as simulações realizadas no âmbito da disciplina de Negociação Internacional; e o Exercício do Gabinete de Crises da Presidência da República, realizado no âmbito da disciplina de Segurança Internacional. Em seguida, passa-se a experiências que promovem o envolvimento dos alunos em atividades para além da sala de aula, incluindo a observação *in loco* de problemas em seu entorno e a multiplicação, pelos alunos, dos conhecimentos adquiridos. Nestes casos, são narradas as experiências da disciplina optativa “Muros nas Relações Internacionais”; e das disciplinas de Economia Política Internacional e Política Externa Brasileira II, por meio de colaboração entre as professoras ministrantes. Ressalta-se, contudo, que os exemplos aqui registrados não esgotam as experiências inovadoras de ensino desenvolvidas no curso de Relações Internacionais da UFSC, que devem ser objeto de estudos futuros.

## Exercícios práticos e atividades experienciais: Negociação Internacional e Gabinete de Crises da Presidência da República

Esta seção trata de duas experiências que também visam a uma ação ativa dos alunos no tratamento dos temas trabalhados durante o semestre em duas disciplinas de caráter obrigatório. Elas têm em comum a solicitação de que o estudante coloque-se no lugar do operador, tomando decisões de modo simulado a respeito de questões atuais do cenário internacional.

A primeira experiência diz respeito à prática da negociação como atividade corriqueira na área de relações internacionais. Diversos cursos de Negociação Internacional, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, no Brasil e no exterior, incorporam uma dimensão teórica e uma dimensão prática. O curso oferecido aos alunos da graduação em Relações Internacionais da UFSC, na quarta fase, segue essa tendência.

A primeira parte do curso, teórica, tem início com uma dinâmica de negociação em duas rodadas. A partir dessa vivência os alunos são convidados a refletir sobre diversos temas que serão abordados em seguida: as fases da negociação (planejamento, execução e avaliação); elementos necessários e suficientes para que determinado fenômeno social possa ser enquadrado como negociação; e questões relacionadas, por exemplo, a reputação, interação estratégica e sombra do futuro (Axelrod 2006) e justiça e poder nas negociações (Albin 2001; Zartman e Rubin 2000; Ury, Brett e Goldberg 1988).

Na primeira unidade da parte teórica, os alunos familiarizam-se com duas abordagens ao estudo das negociações: uma abordagem econômica, baseada na escolha racional e na teoria dos jogos; e uma sociológica, em que são reconhecidos os limites do primeiro modelo. O curso parte do pressuposto de que a realidade é complexa, e de que quanto mais lentes teóricas utilizarmos para olharmos para a

realidade, mais aptos estaremos a captarmos essa complexidade. Nesse sentido, os alunos são convidados a compreender o que cada uma dessas perspectivas – econômica e sociológica – tem a aportar para a compreensão das negociações. A unidade finaliza discutindo particularidades das negociações internacionais, como a ausência de governo central para emitir normas e regras e a questão cultural.

A segunda unidade da parte teórica é voltada para o estudo de três temas da negociação internacional: solução pacífica de controvérsias e suas modalidades (negociações, inquérito, bons ofícios, mediação, conciliação, arbitragem e decisão judicial); a influência de aspectos domésticos (instituições, interesses, ideias) e internacionais nas estratégias e na capacidade de barganha dos países, assim como nos resultados e na sustentabilidade das negociações internacionais; e negociações Norte-Sul, buscando entender a origem das clivagens nas negociações bilaterais e multilaterais envolvendo países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como possíveis caminhos, baseados em estudos de caso, para sua superação.

Essas duas unidades, apesar de teóricas, são sempre acompanhadas por uma exposição que estimula a participação dos alunos e busca conectar os elementos principais da literatura com casos, noticiário e situações cotidianas. Além disso, os alunos fazem dois exercícios que contribuem para uma apreensão ativa de conteúdo: um exercício em que são apresentados quatro conceitos distintos de negociação, para julgarem cada um deles e escolherem o mais apropriado de acordo com critérios científicos de elaboração de conceitos (Gerring 2001) – se são passíveis de generalização sem invadirem conceitos vizinhos e se são ressonantes, por exemplo; e um exercício em que analisam cenas de filmes em busca dos elementos complicadores das negociações apresentados pela perspectiva sociológica (Iklé 1968).

A segunda parte do curso é prática. Antes de darmos início às simulações, os alunos são introduzidos à prática da negociação com diversos exemplos que marcam a diferença entre negociações que buscam a solução de problemas e as negociações posicionais, que tendem a beneficiar apenas uma parte e, portanto, a gerar desinteresse pela parte desfavorecida em manter relações e em negociar futuramente com aquela parte. Também é discutida de forma mais aprofundada a influência dos aspectos culturais, com a realização de exercício envolvendo as partes da negociação escolhida para simulação por cada grupo. Essa parte introdutória inclui, por fim, a simulação de um jogo, elaborado pela professora, sobre a renegociação do preço do gás importado pelo Brasil da Bolívia.

A partir desses elementos, assim como dos elementos apresentados na parte teórica do curso, os alunos, organizados em grupos de três ou quatro integrantes, elaboram e simulam um jogo de negociação. Cada parte na negociação, dentro de cada grupo, elabora as suas próprias estratégias e define quais posições irá adotar. Trata-se de um exercício que envolve não apenas pesquisa de publicações acadêmicas, artigos midiáticos e outras fontes sobre o tema escolhido, mas também o acionamento da criatividade para pensar no conteúdo das falas, postura e eventuais barganhas que possam ter sido feitas naquela negociação e que não estejam necessariamente registradas no material encontrado.

Estimula-se que os alunos escolham temas que envolvam agendas do estado de Santa Catarina, pois isso facilita a coleta adicional de informações junto a *practitioners* e contribui para que os alunos

tenham contato com pessoas e organizações que efetivamente participam das decisões. No entanto, vale ressaltar que, mesmo no caso de simulações que não envolvam atores locais, tem sido possível notar que essa vivência em sala de aula contribui para que os alunos coloquem-se no lugar de quem está tomando as decisões, preparando-os para situações com as quais podem se deparar no futuro, ao exercerem sua profissão.

Ao mesmo tempo, as simulações realizadas em sala são utilizadas como objeto de análise pelos alunos que a assistem. Após a simulação, eles reúnem-se em grupo para discutirem e apresentarem por escrito uma breve análise conectando três elementos da simulação com a parte teórica e de introdução às seções práticas do curso. Em seguida, temos um debate aberto com o grupo que realizou a simulação. Em diversos casos, os alunos vivenciaram e/ou observaram, por exemplo situações típicas dos jogos de dois níveis (Putnam 1988), com o negociador-chefe tendo de negociar em âmbito interno e externo, utilizando a pressão externa para fortalecer a base de apoio doméstica ou utilizando a pressão interna para fortalecer sua capacidade de barganha no âmbito externo (técnica do *commitment*); na linha de Fisher e Ury (2014), posição afável por parte de determinado governo levando a poucos ganhos e a questionamento posterior, por outro governo daquele mesmo país, da decisão tomada, acarretando riscos reputacionais (Axelrod 2006; Iklé 1968); ou, do contrário, posição dura levando à desconfiança em negociações posteriores, em alguns casos superadas pela adoção da técnica do *tit-for-tat* (Axelrod 2006), em outros casos não superadas, com a parte prejudicada ou não se encontrando em posição de poder para recusar novas negociações, ou buscando parceiros alternativos; dificuldade de acordos entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento em razão de busca pela justiça redistributiva por parte dos últimos (Zartman 1985) e da baixa disposição ou capacidade de comprometer recursos materiais, gerando questionamentos do representante do país desenvolvido (especialmente quando se trata de negociações com países em desenvolvimento tidos como emergentes); ampliação dos temas da negociação com vistas à obtenção de resultados satisfatórios por ambas as partes; situações em que uma das partes não está realmente interessada no objeto da negociação, mas que participa da mesma com o objetivo de obter ganho lateral ou aprovação do eleitorado doméstico (Iklé 1968); e a presença do elemento cultural de forma espontânea ou como técnica com vistas à restrição do conjunto de vitórias em seu favor.

O formato em que o curso é realizado leva o estudante a se deparar com aspectos normativos, ao apontar a reunião criteriosa de dados empíricos e o cálculo cuidadoso com base nesses dados para avaliar as escolhas (Kahneman 2011) – ou, na vertente da literatura sobre negociação, a preferência pela postura integrativa e baseada em evidências (Hopmann 1995; Fisher e Ury 2014) – como caminho para resultados ganha-ganha e relações sustentáveis. Ao mesmo tempo, o curso busca preparar os alunos para situações reais em que nem sempre a contraparte adotará a mesma postura, aportando insumos para avaliação de blefes e acionamento de outros atores (seja como parceiros alternativos, seja como parceiros em uma mesma negociação) em busca pelo fortalecimento da posição e dos ganhos quando se depara com uma contraparte dura e poderosa.

A segunda experiência desenvolvida refere-se à prática do exercício do gabinete de crises, na disciplina de Segurança Internacional. Essa disciplina vem sendo um espaço no qual são trabalhadas

atividades que retiram o aluno do lugar passivo, de meramente recebedor de conteúdos, para oferecer-lhes uma oportunidade de trabalharem ativamente no processo de construção do conhecimento. A decisão de incluir métodos que pudessem favorecer este papel deu-se após avaliação sobre como deveria ser este processo, qual atividade poderia ser proposta e como se daria a atuação dos alunos.

O Exercício<sup>1</sup> do Gabinete de Crises da Presidência da República entrou na disciplina porque foi pensado como uma ação motivadora e incentivadora na construção do conhecimento. Era importante proporcionar aos alunos uma experiência prática relacionada aos desafios estratégicos e de segurança e defesa, a fim de que se sentissem desafiados a pensar como tomadores de decisão em áreas que a grande maioria deles talvez sinta como distante de seu dia-a-dia e, neste sentido, na mesma medida, distante em seu futuro profissional.

A prática deste exercício como atividade regular da disciplina de Segurança Internacional foi iniciada no ano de 2015, já tendo experienciado, portanto, quatro semestres de desempenho. A atividade ocorre em turmas do quarto semestre em uma disciplina da grade obrigatória e que tem sido a única na área de Estudos Estratégicos, Segurança Internacional e/ou Defesa.

Uma característica que permeia todos os semestres da oferta da disciplina tem sido o número bastante significativo de estudantes intercambistas que assistem ao curso. A origem destes estudantes é variada, mas especialmente dos Estados Unidos, Canadá, ou de países europeus como Alemanha, Espanha, França, Holanda, Itália, Portugal, com bastante menos intercambistas da América do Sul. A resposta destes alunos ao exercício tem sido a mais desenvolvida possível, com ampla e sólida participação, comentários positivos sobre a prática e maior interação com os colegas da turma.

A prática adotada é a proposição da atividade do Exercício no primeiro dia de aula, para que durante o semestre possa ser feita a apresentação da estrutura do Gabinete de Crises, ou como ensina Cunha Couto (2013, p. 26) a “Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI), situada no Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República”. A prática da atividade é proposta no primeiro dia do semestre porque será trabalhada – em suas diferentes etapas – ao longo do semestre a fim de que todos estejam instrumentalizados para a execução do gabinete em si, ou seja, para a reunião da discussão da situação de crise escolhida, ao final do semestre.

Com a apresentação de como funciona o Gabinete, a turma é dividida em grupos, cada um deles formando um gabinete, ou seja, cada grupo de 10 ou 11 pessoas (dependendo dos cargos a serem executados, como se verá adiante) compõe um gabinete. Dependendo do número total de alunos da turma, tem-se três ou quatro grupos executando o mesmo gabinete, quer dizer, a mesma situação de crise.

De maneira geral, os grupos têm sido divididos em alunos que desempenham os seguintes cargos: Presidente e Vice-Presidente da República; Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; os Ministros da Defesa, da Justiça, das Relações Exteriores, do Planejamento, Orçamento e

---

1 Optou-se por empregar o termo Exercício de Gabinete de Crises ao invés de Simulação, pois não se tem utilizado nenhum manual ou guia de regras como usualmente se faz em práticas de simulação. O objetivo primordial é aplicar o conteúdo desenvolvido na disciplina deixando uma margem de liberdade ao professor para ir interferindo conforme for necessário em face das respostas distintas dos diferentes grupos que desenvolverão a atividade.

Gestão; os Comandantes da Marinha, Exército e Força Aérea e o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Dependendo da crise a ser debatida, é possível que outros Ministros ou experts sejam chamados a compor a discussão.

Após feita a divisão dos grupos e cargos, chega o momento da definição do problema ou situação real a ser levada para a discussão no gabinete. Algumas crises de natureza política que afetam a segurança institucional e que foram significativas para o Brasil são apresentadas brevemente pelo professor, para que uma delas seja eleita como tema para o exercício. Após esta escolha, parte-se para a elaboração de um guia de estudos que será a base para a preparação dos grupos.

O formato definido para elaboração do material de estudos variou ao longo deste tempo. Inicialmente optou-se por dividir a elaboração entre os grupos havendo, ao final, uma coordenação para ajustar as escritas e redação e formato final. Outra forma experienciada foi utilizar um guia que veio pronto para a turma pois elaborado por um aluno de Iniciação Científica<sup>2</sup>, como parte de sua pesquisa. Por fim, o terceiro formato – e o que produziu melhores resultados tanto em termos de engajamento quanto de união entre os estudantes – foi cada grupo assumir a sua preparação, sem material prévio pronto, deixando espaço para que eles fossem direcionando suas pesquisas e elegendo aquilo que era mais relevante para o entendimento do assunto e construção dos papéis para o dia do exercício. Este formato, por seu turno, demandou uma preparação monitorada de modo mais próximo em sala de aula.

Inicialmente a opção havia sido por destinar menos tempo em sala de aula durante o horário regular da disciplina para a preparação, mas conforme o exercício foi sendo desenvolvido, percebeu-se que era necessário um tempo maior para que os alunos se apropriassem adequadamente do desenrolar do gabinete, o que seria esperado em suas participações e, mais importante, que se sentissem seguros de que a preparação estava sendo suficiente e na direção certa. Assim, algumas aulas incluíram o debate e a discussão sobre o desenvolvimento do exercício. O procedimento era instigá-los com perguntas sobre a situação específica, subsidiá-los com notícias sobre o evento e discutir as dúvidas. Com isso, era possível contribuir com a pesquisa que estava sendo desenvolvida por cada um dos grupos, sanar dúvidas, indicar leituras e bibliografias relacionadas.

O recurso aos filmes também foi utilizado. Não o filme inteiro, mas passagens bem pontuais com indicação de cenas e explicação ao final para que ficasse claro como aquelas situações retratadas demonstravam ou representavam o desenrolar de um gabinete de crises. Os filmes utilizados foram “Thirteen Days” (direção de Roger Donaldson, 2000), retratando os dias posteriores à descoberta pela equipe do Presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy de uma base nuclear em Cuba, em plena Guerra Fria. E o filme “Eye in the Sky” (direção de Gavin Hood, 2015), que retrata a discussão que se desenvolve internamente com os membros civis e militares em uma missão desenvolvida por Reino Unido e Estados Unidos para capturar terroristas no Quênia em uma era de drones e controle à distância de ataques armados.

---

2 Bolsista de iniciação científica desenvolveu sua pesquisa no tema, tendo produzido um guia apresentando os cargos e funções dos membros do gabinete e um artigo intitulado “Análise de Conflitos e do Processo Decisório: Simulação do Gabinete de Crises”, o qual foi aceito para publicação na Revista InterAção da UFSM em março de 2017.

O exercício tem despertado muito interesse entre os alunos, o que permitiu que, após o primeiro ano de sua implementação, já fosse possível desenvolver uma pesquisa de iniciação científica baseada no experimento do gabinete de crises e a construção de cenários para a graduação em Relações Internacionais. Esta pesquisa possibilitou o desenvolvimento de dados para guias dos cargos e um guia de estudo bastante completo, além de um artigo de pesquisa baseado no tema do gabinete de crises como proposta metodológica de aprendizagem ativa e experiencial. Mesmo se o guia precisará ser adaptado a cada temática, a sua estrutura de apresentação e os elementos necessários para a preparação do grupo permanecem sendo úteis. Ademais, a pesquisa gerou um banco de dados importante para a continuação do exercício.

No dia da atividade, os alunos recebem um documento chamado “Situação Particular”, que lhes é entregue somente neste dia e no qual consta a situação problema a ser debatida pelos membros do gabinete. A “Situação Particular” apresentada pelo professor no dia da reunião do gabinete é baseada na situação fática e já conhecida que eles vêm debatendo, estudando e conhecendo desde a escolha desta crise feita lá no início do semestre.

Convém ressaltar que a situação particular é uma proposição de problema adaptada da realidade fática ocorrida e já debatida realmente pelo gabinete de crise brasileiro, no entanto, o professor acrescenta e informa pontos, dados, situações ou problemas que vão permitir que os grupos debatam e empreguem conceitos que foram vistos no curso de Segurança Internacional. Eles farão aqui o emprego prático da reunião do gabinete de crise da teoria já acumulada.

Esta situação problema é elaborada de modo que seja possível conformar um documento final no qual espera-se que apareça um breve relato dos pontos debatidos, como foram alcançadas as soluções e como se deu a participação de cada cargo a partir dos insumos que foram trazidos para embasar as decisões. Como resultado final do debate, também podem aparecer outros documentos, como comunicado público sobre a reunião e indicações de procedimento a serem seguidos pelos ministérios para a implantação das decisões originadas na reunião.

O primeiro documento, ou seja, uma espécie de relatório com o desenrolar da reunião e as respostas às questões propostas pelo professor, é documento obrigatório para cada grupo e faz parte da avaliação, muito embora o formato seja livre e cada grupo decida como produzi-lo. Já a elaboração de outros documentos como resultado dos debates é opcional e fica a critério de cada grupo. Todas as decisões devem ser embasadas, justificadas e fundamentadas na legislação ou em princípios reconhecidos na atuação da política externa brasileira.

O cenário traçado é adaptado de situação fática ocorrida realmente, como já destacado. A ênfase tem sido em situações ocorridas na vizinhança imediata do Brasil. Exemplos são a invasão colombiana ao território equatoriano em perseguição a membros das FARC, ocorrida em 2008, ou a ajuda humanitária ao Haiti após o terremoto em 2010. Cada grupo monta a estrutura do gabinete em uma sala diferente – espera-se que a montagem da mesa seja o mais próximo possível do formato em U – e durante toda a atividade faz-se a observação da mesma pelo professor ou por um aluno designado para este fim por sua experiência com o exercício. A observação, em geral, é passiva; será ativa apenas em determinadas circunstâncias nas quais a intervenção se impõe,

seja trazendo um fato novo à situação problema (geração de uma crise adicional) ou trazendo à luz algum dado ou circunstância importante para a análise, mas que não havia sido observada pelo grupo.

Após a reunião do gabinete, ou seja, após a execução mesma do exercício, um debate avaliativo é proposto. São analisadas e ponderadas as questões respondidas por escrito pelos alunos, que depois recebem uma avaliação pormenorizada também por escrito. Mas o mais importante é que o espaço destina-se a discutir e apontar eventuais problemas e dificuldades na condução dos trabalhos, pontos que podem ser mais bem trabalhados nas edições futuras e o que precisa ser modificado. O resultado tem sido muito promissor, tanto em termos de engajamento da turma no exercício como um todo, quanto no retorno apresentado ao final da atividade. Sem dúvida, esta se coloca como uma proposta a ser mantida. Pontualmente, é importante verificar que algumas situações já foram modificadas a partir do verificado em exercícios anteriores – como a realização do estudo livre por cada grupo, sem a necessidade de um guia sistematizado elaborado para cada situação. Se tal modificação se mostrará positiva, somente testes futuros comprovarão. Por isso o exercício está em permanente e constante avaliação.

## Formas de aprendizado extra-muros e a relação entre as disciplinas curriculares e a extensão universitária

Nesta seção são tratadas experiências relacionadas com atividades de aprendizado em contato com atores sociais. Os projetos aqui apresentados relacionam-se com temáticas amplas e interdisciplinares, como migrações e a abordagem de temas políticos, econômicos e sociais de interesse para o internacionalista. A primeira experiência diz respeito à disciplina optativa “Muros nas Relações Internacionais”, ministrada no primeiro semestre de 2015. A disciplina foi alocada no sétimo semestre do curso e teve mais de quarenta alunos inscritos, principalmente dos últimos semestres.

O objetivo central foi discutir as diversas barreiras – físicas, regulamentares e simbólicas – ao trânsito de pessoas no mundo. Para isso, o programa foi baseado em uma primeira parte teórica, apoiada principalmente sobre os trabalhos de Hanna Arendt. Seus argumentos sobre o totalitarismo e o antissemitismo foram estudados, juntamente com as motivações governamentais apresentadas para a construção dos muros. A literatura mais recente sobre migrações internacionais, principalmente advinda da criminologia crítica, também foi trabalhada, no objetivo de compreender os processos de criminalização e tratamento desumano ou degradante do migrante. Na segunda parte, foram estudados alguns dos muros erguidos nas últimas décadas, como Estados Unidos-México, Israel-Palestina, Zona Schengen europeia, Coreias e Marrocos-Saara Ocidental, além do histórico migratório na América do Sul, as últimas ondas migratórias para a região e a experiência da Coordenação de Políticas para Migrantes da Prefeitura de São Paulo na acolhida de migrantes haitianos e africanos, sobretudo.

A organização desse programa foi possível devido à preparação do projeto de extensão “Estrangeiros a nós mesmos” no ano anterior<sup>3</sup>. O projeto visava provocar o debate, na UFSC e seus entornos, sobre os migrantes haitianos chegados ao Brasil principalmente a partir de 2011. Concebido durante o ano de 2014, ele foi executado durante o ano de 2015 por meio de uma parceria entre os cursos de graduação em Relações Internacionais e Museologia da UFSC. Alunos e professores de ambos os cursos envolveram-se na preparação de três oficinas teórico-práticas sobre migrações internacionais, que foram realizadas com as turmas do segundo ano do Ensino Médio da Escola Estadual Getúlio Vargas, em Florianópolis, entre agosto e setembro daquele ano. As oficinas visavam suscitar a reflexão e o debate com os estudantes sobre o tema das migrações, considerando que a direção da escola relatava a procura ali por abrigo e alimentação da parte de alguns migrantes haitianos.

Paralelamente a essa atividade, e a partir do material produzido com os estudantes secundaristas nas oficinas, foi organizada uma exposição no Museu de Arqueologia e Etnologia (MARQUE) da UFSC, intitulada “Ex-estranho: migrações haitianas em Santa Catarina”, entre 8 de outubro e 5 de dezembro de 2015<sup>4</sup>. A exposição contou com três principais módulos. O primeiro módulo trouxe um vídeo de dez minutos produzido pelos membros do projeto, com depoimentos de migrantes trabalhadores e estudantes da UFSC. O segundo módulo consistiu em uma instalação com corredores e caminhos de difícil compreensão, com placas indicativas em *créole* haitiano, além da reprodução de um quarto em albergue, onde muitos migrantes são alojados na chegada ao Brasil. O terceiro e último módulo trouxe as cartas que os estudantes da Escola Getúlio Vargas escreveram aos migrantes recém-chegados a Florianópolis, como produto da última oficina realizada na escola. A exposição foi amplamente divulgada na mídia eletrônica e nos principais jornais de Florianópolis, e recebeu a visita de um público significativo, principalmente formado por estudantes do ensino básico e médio e por discentes e docentes da UFSC.

No âmbito da disciplina, e também buscando insumos para a realização da exposição, foi organizada uma viagem de estudos às cidades de Balneário Camboriú e Porto Belo, em Santa Catarina, em 15 de abril de 2015. Todos os alunos matriculados na disciplina realizaram a visita, além de alguns alunos participantes do projeto de extensão. Essa região do litoral norte de Santa Catarina foi escolhida por receber um grande contingente de migrantes haitianos. Em 2015, aproximadamente 6000 haitianos encontravam-se em Balneário Camboriú, segundo a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social do município, em dados informados no dia da visita.

A saída de campo, possibilitada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFSC, em edital de viagem de estudos, iniciou-se justamente por essa Secretaria, localizada em prédio próprio próximo à região central de Balneário Camboriú. A turma foi recebida pelo assessor do Secretário e pelo Diretor do Programa de Resgate Social. Eles explicaram que os setores que mais empregam mão-de-obra na

3 O título do projeto inspirou-se na obra homônima da escritora e filósofa franco-búlgara Julia Kristeva, ela mesma originária de uma família de migrantes, publicada pela primeira vez pela editora Folio, de Paris, em 1988. No Brasil, a editora Rocco traduziu e publicou a obra em 1994 com o título “Estrangeiros para nós mesmos”.

4 O título da exposição faz referência ao livro de poemas “O ex-estranho”, de Paulo Leminsky, publicado postumamente por Alice Ruiz e Aurea Leminsky em 2009, pela editora Iluminuras. Com relatos densos sobre a estranheza e a estrangeirice, o poeta viveu quase toda sua vida em Curitiba e nunca morou fora do Brasil.

região são a construção civil, a indústria portuária e as empresas de serviços terceirizados. Relataram sobre a dificuldade no acesso dos serviços públicos por parte dos migrantes, como educação e saúde, e as limitações da estrutura municipal para acolher e integrar a população migrante. Após responder às perguntas dos estudantes da UFSC, o Diretor convidou a turma para conhecer a Casa de Passagem do Migrante de Balneário Camboriú, que oferece alojamento, alimentação e apoio psicológico a migrantes e à população em situação de vulnerabilidade social.

Na sequência, o grupo deslocou-se à cidade de Porto Belo, onde fica um dos centros de distribuição da empresa Berlanda. Trata-se de uma das maiores redes de varejo de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos de Santa Catarina. Essa visita deveu-se ao fato de que essa sede abriu, em fevereiro de 2015, um processo seletivo exclusivo para recrutar trabalhadores haitianos. 15 empregados foram então recrutados e estavam em fase de treinamento pela empresa. Segundo um dos diretores da sede que recebeu o grupo, os salários e as condições de trabalho são as mesmas dos trabalhadores brasileiros na mesma função. Tem jornada entre 7h30min e 17h, transporte por vans de casa até a empresa, café da manhã e almoço na empresa e plano de saúde.

Segundo o mesmo diretor, os empregados haitianos apresentam algumas vantagens para a empresa, como o fato de faltarem muito pouco ao trabalho, cumprirem os horários, estarem trabalhando pela primeira vez em uma empresa do tipo e poderem ser treinados da melhor forma em relação às necessidades da mesma. O grupo percebeu um esforço da empresa por incluir os haitianos, como suporte da equipe de recursos humanos para abertura de contas bancárias e confecção de documentos, além da redação de informativos e placas em *créole* dentro da empresa. Segundo a empresa, os haitianos não demonstram a intenção de aprender português por desejarem retornar ao seu país ou sair do Brasil após a estabilização de sua situação econômica. Dentre as dificuldades relatadas, foi apresentado o fato de que alguns trabalhadores antigos não desejavam auxiliar no treinamento dos haitianos e a dificuldade de comunicação por conta do idioma. A turma também teve a oportunidade de conversar com um representante dos trabalhadores haitianos, que fala português, e ouvir o seu relato sobre a estadia no Brasil e o trabalho na empresa.

Essa visita, embora curta, teve um grande impacto ao longo do semestre nas discussões da disciplina. Os estudantes conseguiram ter contato com os atores sociais e econômicos envolvidos no processo de recepção dos migrantes, e com os próprios migrantes. Puderam ver e ouvir sobre as tentativas e dificuldades do poder público no Brasil em lidar com a questão, e sobre os interesses dos atores privados na contratação dos estrangeiros. Esse contato com a prática teve uma grande influência no momento da leitura e discussão dos textos da disciplina, fazendo com que os estudantes analisassem e reanalisassem várias vezes a visita e as conversas com os agentes à luz da teoria e das reflexões subsequentes.

A ideia de centrar a exposição nas migrações haitianas em Santa Catarina surgiu também a partir desse momento, no contato com a realidade ao redor de Florianópolis. Outro aspecto positivo a ser destacado é a abertura desses agentes ao diálogo com os universitários. Os assessores da Secretaria de Balneário Camboriú e os funcionários do setor de recursos humanos da empresa Berlanda foram sempre solícitos e disponíveis para a organização das entrevistas, para as respostas às perguntas dos

alunos e para o fornecimento de dados, o que não é sempre o caso nesse tipo de contato. Dentre os limites dessa saída de campo, destaca-se o pouco tempo em cada visita e o baixo número de órgãos e regiões do estado visitadas, fazendo com que o grupo tivesse uma visão apenas parcial da realidade migratória. Outro limite foi a ausência de contato com trabalhadores haitianos longe de seus centros de acolhida ou de seu ambiente de trabalho, o que possivelmente mudaria alguns depoimentos e percepções.

A segunda experiência aqui demonstrada apresenta a introdução, durante o segundo semestre de 2016, de uma atividade que buscasse unir ensino e extensão e, ao mesmo tempo, trabalhar com a interdisciplinaridade, nas disciplinas de Economia Política Internacional (EPI) e Política Externa Brasileira II (PEB), ambas do penúltimo semestre do curso. A atividade proposta foi decorrente do projeto de extensão “Ampliar a cultura política, econômica e social dos estudantes de escolas da rede pública e dos cursinhos comunitários de Florianópolis”, iniciado no primeiro semestre de 2016, que tem como objetivo possibilitar que os estudantes do curso de Relações da UFSC possam contribuir para a ampliação da cultura dos estudantes secundaristas de menor renda, alargando as possibilidades de inserção desses numa universidade pública.

O projeto teve como ponto de partida o fato de que grande parte dos alunos que entram numa universidade pública estudou em escola particular e/ou em cursinho particular pré-vestibular. Sabe-se que para entrar na universidade, seja através do vestibular ou do Enem, exige-se do estudante do Ensino Médio não apenas o conhecimento das disciplinas curriculares específicas (como Português, Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia e História), mas também um conhecimento mais geral que permita o acompanhamento e entendimento de acontecimentos contemporâneos. Assim, a entrada de estudantes de maior renda nas universidades públicas é favorecida pelo seu maior acesso à cultura geral, em comparação com os estudantes de menor renda. Entende-se por cultura geral o acúmulo de conhecimento que uma pessoa possui sobre diversos temas. Essa cultura pode ser obtida a partir do estudo formal e sistematizado (dentro das escolas e das universidades), mas pode ser também construída através da educação informal (transmitida pelas famílias e pelas experiências adquiridas ao longo dos anos).

Para que um estudante de Ensino Médio possa entender e participar do debate sobre questões contemporâneas, é muito importante que seja feita a contextualização do problema. Essa contextualização passa por explicações históricas, políticas, sociais, geográficas e econômicas do fato abordado. O projeto de extensão acima mencionado busca, portanto, abordar a falta de referências culturais (políticas, econômicas, sociais, geográficas, históricas, culturais etc.), de forma a oferecer, através de aulas expositivas, debates e apresentação de material lúdico (filmes e documentários), a possibilidade de contextualizar as questões a serem debatidas.

Assim, a proposta da atividade em sala de aula foi que os estudantes de EPI e PEB, utilizando a rede de contatos e parcerias já feita pelo projeto de extensão, pudessem ter uma inserção nas escolas públicas e nos cursinhos comunitários, de forma a unir ensino e extensão. O curso comunitário pré-vestibular escolhido foi o Pró-Universidade campus Florianópolis, sediado atualmente no Instituto Estadual de Educação, no centro da cidade. O cursinho é totalmente gratuito e foi organizado em

seu início como atividade de extensão da UFSC. Optou-se pela não obrigatoriedade da atividade aos alunos matriculados nas disciplinas, uma vez que ela implicaria a saída do estudante de sala de aula e visitas a comunidade externa. Assim, optou-se por deixar que cada um decidisse se havia ou não interesse em participar. A adesão, no entanto, foi bastante elevada. Poucos preferiram não participar, o que demonstra como os graduandos reagem satisfatoriamente quando ocorrem mudanças no modelo passivo das aulas tradicionais.

As disciplinas de EPI e PEB tem grande potencial para esse tipo de dinâmica exatamente pelo seu caráter multidisciplinar. Uma rápida busca nos sites que selecionam e resumem os temas considerados “indispensáveis” para o vestibular e para o ENEM mostra o potencial das disciplinas para discutir esses temas. Por exemplo, no site <http://educacao.uol.com.br/listas/enem-2015-10-temas-de-atualidades.htm>, encontram-se as seguintes sugestões de temas: guerra civil na Síria, migrações em massa, reaproximação entre Cuba e Estados Unidos, desaceleração da economia chinesa, austeridade fiscal, tensões na América do Sul.

Dentro das disciplinas, o primeiro passo foi selecionar uma lista de temas que pudessem ser trabalhados com os alunos que estão se preparando para o Vestibular e o ENEM, mas que, ao mesmo tempo, possam ser relacionados com os conteúdos programáticos das disciplinas. Isso aconteceu por meio de um amplo debate em sala de aula, sendo as propostas de temas debatidas paralelamente nas duas disciplinas. Os temas escolhidos foram: as eleições nos Estados Unidos, a situação econômica e política na Venezuela e o Brexit (para ambas as disciplinas), o conflito Sírio e as implicações políticas e econômicas dos Jogos Olímpicos 2016 para o Brasil (para a disciplina de PEB). Após a definição dos temas, os estudantes dividiram-se em grupos de acordo com o tema de seus interesses. No caso de EPI, cada grupo fez a pesquisa e o apresentou ao final do bloco de aula teórica dentro do qual o tema pudesse ser discutido.

Inicialmente, após a apresentação do conteúdo sobre Teoria da Estabilidade Hegemônica, um grupo apresentou as eleições nos Estados Unidos, trazendo material para conduzir o debate. Após este, correlacionado com o tema da disciplina, separou-se um tempo para pensar na apresentação para o cursinho. Toda a turma interferiu de forma construtiva na seleção dos tópicos que deveriam ser abordados para estudantes de Ensino Médio, assim como nas estratégias para tornar a apresentação o mais estimulante possível. No tópico sobre a Teoria da Dependência, após a apresentação da teoria, na aula seguinte discutiu-se a crise econômica e política na Venezuela, mantendo a mesma dinâmica. O assunto Brexit foi debatido após uma aula sobre os rumos da globalização. O processo de preparação para as aulas para o cursinho foi o mesmo: apresentação do tema pelo grupo responsável, discussão no grande grupo sobre os principais aspectos, relacionando com a disciplina e, por fim, o recorte do que deveria ser apresentado feito por todos os estudantes.

No caso de PEB, a discussão dos tópicos foi difusa ao longo das aulas, quando os principais aspectos de cada um dos cinco temas eram ressaltados para serem aprofundados por cada grupo no cursinho. Assim, os temas foram tratados dentro de debates específicos como as relações do Brasil com América Latina (discussão sobre Venezuela), aproximação econômica do Brasil com Estados Unidos nos anos 1990 (eleições norte-americanas), relações Mercosul-União Europeia (Brexit), política

externa para migrações internacionais (migrantes sírios e conflito armado) e política externa dos governos Dilma e Temer (debate sobre os Jogos Olímpicos).

Ao final do semestre, os grupos apresentaram os conteúdos para as quatro turmas do curso comunitário Pró-Universidade campus Florianópolis, contando com aproximadamente 50 alunos em cada turma, sempre com a presença das professoras responsáveis pelas disciplinas. O balanço geral da experiência aponta aspectos positivos e negativos. Como pontos positivos, ressalta-se a possibilidade aberta aos estudantes para assumirem um papel de maior protagonismo na sociedade. De forma geral, os estudantes das últimas fases já estão cansados do ensino tradicional, preocupados tanto com o mercado de trabalho, como com a conclusão do trabalho final do curso. Uma reclamação constante por parte dos professores é que lecionar nessa fase é uma tarefa bastante difícil, considerando a pouca participação do estudante e o baixo interesse pela sala de aula. Ao mesmo tempo, esses estudantes se ressentem bastante da ausência de experiências práticas na universidade. Assim, ao unir as atividades de ensino e extensão, as disciplinas de EPI e PEB não apenas contribuíram para estimular o estudante a fazer a ligação com a teoria e os temas contemporâneos, mas também possibilitaram que o estudante fosse capaz de transmitir o conhecimento adquirido a um público desconhecido, assumindo um protagonismo que ele não tem oportunidade de exercer em sala de aula.

A união entre ensino e extensão permitiu também reduzir a fronteira existente entre a universidade e a sociedade, pois tanto o estudante universitário como o secundarista tiveram oportunidade de aprender, trocar experiências e capacitar-se no decorrer do projeto. Por fim, a comunicação entre os alunos da graduação e os alunos do cursinho aconteceu de modo muito natural e produtivo, uma vez que a proximidade das faixas etárias tornou a atividade mais agradável ao estudante secundarista. No que diz respeito aos aspectos negativos, o fato dos temas terem sido selecionados em sala, com a participação dos estudantes, prejudicou a elaboração prévia do plano de ensino, mas proporcionou um debate democrático na escolha dos temas. Outra dificuldade foi relacionada à organização das aulas e dos horários com o cursinho, tendo em vista que os professores precisavam ceder suas aulas. Uma alternativa poderia ser a de formar parcerias com instituições com mais deficiência de professores ou em horários extraclasse para a intervenção da universidade.

## Conclusão

A solução de problemas é uma das marcas centrais dos ambientes de ensino no século XXI. As universidades, tradicionalmente conhecidas pela produção de ciência básica, envolvem-se cada vez mais na solução de problemas locais, nacionais e globais, contribuindo para promover a inovação em diversos âmbitos, incluindo o das políticas públicas, e avanços no desenvolvimento econômico e social.

Em um contexto marcado pelo despertar dos diversos atores governamentais e sociais brasileiros para a necessidade de se inserirem de forma ativa nos diversos processos de internacionalização, abre-se um número crescente de vagas para alunos formados em Relações Internacionais, os quais

apresentam a habilidade adicional, por sua formação interdisciplinar, de buscar soluções para os problemas complexos com os quais nos deparamos em um mundo cada vez mais interconectado.

Diante da demanda de formação de alunos capazes de se inserir nesse novo ambiente, e de contribuição para a solução de problemas enfrentados por atores situados em diversos âmbitos, diversos cursos de Relações Internacionais no Brasil vêm buscando desenvolver métodos inovadores de ensino. As experiências narradas neste artigo se inserem nesses esforços. Seu objetivo foi registrar algumas experiências inovadoras de ensino desenvolvidas na Graduação em Relações Internacionais da UFSC. Inicialmente registraram-se experiências laboratoriais, desenvolvidas em sala de aula, em que os alunos são convidados a se colocar no lugar dos tomadores de decisão. As simulações em negociações internacionais e o Exercício do Gabinete de Crise ilustram as aplicações das teorias na vida profissional dos estudantes e que envolvam tanto o uso da criatividade para buscar soluções, como o fortalecimento do poder de argumentação, elementos necessários ao longo da vida profissional. Os resultados mostram a forte expectativa dos estudantes por oportunidades de vivenciar situações com as quais poderão se deparar no exercício de sua profissão.

Já as experiências relatadas em seguida que extrapolam a fase laboratorial da solução de problemas, buscando promover a interação dos alunos com atores sociais da região na qual a UFSC está inserida. Enquanto a experiência da disciplina “Muros nas Relações Internacionais” buscou conscientizar os estudantes para os problemas enfrentados pela comunidade de migrantes no estado de Santa Catarina, que se assemelham àqueles enfrentados em outras regiões e países, a experiência de extensão desenvolvida no âmbito do projeto “Ampliar a cultura política, econômica e social dos estudantes de escolas da rede pública e dos cursinhos comunitários de Florianópolis” proporcionou aos estudantes a oportunidade de agir como multiplicadores do conhecimento adquirido em sala, contribuindo para apoiar estudantes de baixa renda na aquisição de conteúdos para o vestibular. A possibilidade de reunir ensino e extensão, levando os estudantes a saírem de sala de aula e conhecerem novas realidades, mostrou-se muito estimulante aos grupos, fazendo-os estudar os conteúdos teóricos com mais interesse, mostrando mais reflexão sobre os textos lidos ao longo das disciplinas.

Um breve balanço sobre os relatos mostra que todas as atividades foram bem sucedidas se consideramos o engajamento dos estudantes, indo ao encontro de suas demandas por alternativas ao modelo tradicional de ensino, capazes de reduzir a passividade em sala de aula. Já os limites das experiências são específicos a cada situação, mas, de forma geral, destaca-se a baixa conexão entre experiências em nível individual com iniciativas em âmbito institucional e departamental, incluindo instrumentos de avaliação que permitam verificar tanto o impacto das atividades realizadas no processo de aprendizado quanto sua contribuição para a inserção do aluno no mercado de trabalho. Como perspectivas futuras, percebe-se a necessidade de uma maior troca de ideias e entre o corpo docente do curso, o que deve contribuir ao florescimento de outras práticas dinâmicas e alternativas. Aprofundar e expandir o intercâmbio de experiências com professores de outras universidades que ofertam disciplinas similares também deve aprimorar as atividades. Uma intenção ainda mais ambiciosa é promover a união entre práticas de simulação e extensão, por meio de, por exemplo, uma maior

aproximação da universidade com as questões locais através da realização ou organização de simulações, pelos alunos, a partir de demandas de atores locais que estejam enfrentando algum desafio em uma negociação internacional ou que queiram se preparar para alguma negociação específica.

## Referências Bibliográficas

- ALBIN, Cecilia. *Justice and Fairness in International Negotiation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- ARIENTI, Patricia. PAGLIARI, Graciela. “Uma reflexão sobre a prática das Simulações no ensino das Relações Internacionais: um estudo sobre a Simulação para o Ensino Médio”. *10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Belo Horizonte, 2016.
- AXELROD, Robert. *The evolution of cooperation*. Nova York: Basic Books, 2006.
- CUNHA COUTO, José Alberto. MACEDO SOARES, José Antônio de. *Gabinete de Crises: Fernando Henrique, Lula e Dilma*. Campinas: Facamp Editora, 2013.
- FISHER, Roger. URY, William. *Como chegar ao sim*. Rio de Janeiro: Solomon, 2014.
- GERRING, John. *Social science methodology: a criterial framework*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- GUERRIERO, Sonia. “Teachers pedagogical knowledge: what it is and how it functions”. In: GUERRIERO, Sonia. *Pedagogical Knowledge and the Changing Nature of the Teaching Profession*. Paris: OECD Publishing, 2017.
- GIBBONS, Michael *et al.* *New Production of Knowledge: Dynamics of Science and Research in Contemporary Societies*. Londres: Sage, 1994.
- HOPMANN, Terence. “Two Paradigms of Negotiation: Bargaining and Problem Solving”. *Annals of the American Academy of Political and Social Science* n. 542, p. 24-47. 1995.
- IKLE, Fred. “Negotiation”. In: SILLS, David. *International encyclopedia of the social sciences*. v. 11, p. 117-120. Nova York: MacMillan, 1968.
- KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- KILLE, Kent. KRAIN, Mathew. LANTIS, Jeffrey. “Active learning across borders: lessons from an interactive workshop in Brazil”. *International Studies Perspectives*, v. 9, n. 4, p. 411-429. 2008.
- LIMA, Thiago. “Ensino, pesquisa e extensão no curso de graduação em Relações Internacionais da UFPB”. *5º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais*, Belo Horizonte, 2015.
- MILANO, Carlos; TUDE, João (orgs.). *Globalização e relações internacionais: casos de ensino*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- MOREIRA Jr., Hermes. “Desafios e oportunidades para um curso de Relações Internacionais na Fronteira Oeste: a experiência da Universidade Federal da Grande Dourados”. *5º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais*, Belo Horizonte, 2015.
- PUTNAM, Robert. “Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games”. *International Organization*, v. 42, n. 3, p. 427-460. 1988.

- RAMANZINI, Isabela. FERREIRA, Marrielle. GUIMARAES, Iara. O contexto local de ensino importa até mesmo para as relações internacionais? *5º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais*, Belo Horizonte, 2015.
- ROCHA, Raquel. PALACIOS, Alberto. “As simulações como instrumento pedagógico em RI: aplicação de exercício transdisciplinar em análise de processo decisório e geopolítica”. *5º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais*, Belo Horizonte, 2015.
- RYAN, Matt *et al.* “Improving research methods teaching and learning in politics and international relations: a ‘reality show’ approach”. *Politics*, v. 34, n. 1, p. 85-97. 2013.
- VENTURA, Deisy. DRI, Clarissa. “O papel do teatro na formação em Relações Internacionais: experiências no campo dos Direitos Humanos”. *Carta Internacional*, v. 9, n. 2, p. 137-155. 2014.
- URY, William. BRETT, Jeanne. GOLDBERG, Stephen. “Three Approaches to Resolving Disputes: Interests, Rights and Power”. In: *Getting Disputes Resolved: Designing Systems to Cut the Cost of Conflict*. Jossey-Bass, 1988.
- ZARTMAN, William. RUBIN, Jeffrey. *Power and Negotiation*. Ann Arbor: University of Michigan, 2000.